

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.579 - CE (2019/0026341-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MUNICIPIO DE IPU**
ADVOGADOS : **RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO - CE006615**
 ESIO RIOS LOUSADA NETO E OUTRO(S) - CE018190
RECORRIDO : **MARIA JANETE ARAUJO**
RECORRIDO : **TACIANA DE SOUSA MENEZES**
ADVOGADO : **JOAO RAFAEL BEZERRA FELIZOLA TORRES E OUTRO(S) -**
 CE026098
INTERES. : **CARLOS SERGIO RUFINO MOREIRA**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RAZÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICIPIO DE IPU, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, nesses termos ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL POR RAZÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DA SENTENÇA DECRETADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO. PRECEDENTES DO STJ E DESTES TRIBUNAL. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO.

1. No ordenamento processual brasileiro vigora a teoria da asserção, segundo a qual, in verbis: "a verificação das condições para o legítimo exercício do direito de ação deve se dar com base nas afirmações em tese levadas a efeito pela parte Autora." (STJ, MC 018318).

2. Nessa perspectiva, no Mandado de Segurança, a liquidez e a certeza do direito referem-se aos fatos narrados, que devem ser desde logo evidenciados com prova documental pré-constituída, sendo inadmissível a dilação probatória. Constitui, entretanto, matéria de mérito a constatação ou não do alegado direito subjetivo que o impetrante entende derivar dos fatos por ele alegados.

3. Nesses termos, ainda que o juiz entenda pela inexistência do aduzido direito – matéria que será equacionada e dirimida quando da apreciação meritória – isto não retira do impetrante a faculdade de acionar o Judiciário para o resguardo do direito que entende possuir.

4. Bem por isso a eventual improcedência da ação mandamental não se encontra entre as causas de indeferimento da petição inicial previstas no art. 10 da Lei 12.016/2009 e no art. 295 do CPC/1973, não podendo a exordial ser indeferida por razões de mérito.

5. Apelação Cível provida. Sentença desconstituída, para que o Mandado de Segurança tenha regular processamento.

Sustenta a parte recorrente que o acórdão estadual contrariou as disposições dos art. 1º e 10º da Lei nº 12.016/2009.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com orientação desta Corte, segundo a qual é inadmissível o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, lastreado em questões de mérito (AgRg no RMS 30.409/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2011, DJe 17/08/2011). No mesmo sentido, cito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL LASTREADO EM RAZÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte, segundo a qual é "inadmissível o indeferimento da petição inicial do mandado de segurança, lastreado em questões de mérito" (AgRg no RMS 30.409/RS, 6ª T., Rel. Min. Og Fernandes, DJe 17.08.2011).

III - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno improvido.

(AgInt no RMS 53.873/GO, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 26/10/2017)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AVERBAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXTINÇÃO LIMINAR DO FEITO. EXAME DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO NÃO ENQUADRADA NO ART. 10 DA LEI N. 12.016/09. PROCESSAMENTO DA AÇÃO MANDAMENTAL.

1. De acordo com a jurisprudência do STJ, ressalvados os casos em que haja autorização legal expressa, não é possível a extinção liminar do mandado de segurança com base no exame do mérito da causa, sob pena de violar-se o devido processo legal.

2. No caso, a impetração dirigiu-se contra ato do Juiz Corregedor Permanente dos Oficiais de Registro de Imóveis, por ter autorizado o oficial de registro de imóveis a realizar a averbação em todas as matrículas relacionadas ao empreendimento da recorrente a respeito da existência de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

3. O acórdão recorrido, por seu turno, indeferiu liminarmente a ação, sob o fundamento de que não houve ofensa a direito líquido e certo, pois a medida adotada pela autoridade coatora visou apenas assegurar a publicidade das informações constantes do registro, não possuindo conteúdo sancionatório.

4. Evidencia-se o interesse da impetrante em questionar em juízo a regularidade do procedimento registral, de modo que, ao extinguir liminarmente o feito com amparo em argumentação meritória, o Tribunal a quo cometeu error in procedendo, sendo imperiosa a anulação do acórdão impugnado e o retorno dos autos para o correto processamento da demanda.

5. Recurso ordinário em mandado de segurança a que se dá provimento.

(RMS 45.582/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 18/12/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator